

Parecer nº 082/2017 – GECON/PROJUR/FEPECS
Processo nº: 064.000370/2017 – FEPECS
Interessado: Fundação de Ensino e Pesquisa em Saúde

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017.
AQUISIÇÃO DE 3 (TÊS) LEITORES
ÓPTICOS. LEI 8.666/93. ART. 24, INCISO II.
DECRETO DISTRITAL Nº 36.220/2014.
PARECER NORMATIVO Nº 726/2008-
PROCAD-PGDF. VIABILIDADE DE
REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESDE
QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES.

Prezada Chefe,

I – Relatório

Versam os autos sobre a aquisição de 3 (três) leitores ópticos para leitura de código de barras das etiquetas colocadas nos materiais da Biblioteca Central – BCE/Fepecs, por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, em razão do baixo valor da contratação.

2. Instruem os autos, no que importa:

- i. Pedido de Compra de Material – fls. 09;
- ii. Orçamentos e estimativa de preços – fls. 10/12;
- iii. Planilha de Estimativa de preços – fls. 13;
- iv. Pesquisa de Preços Públicos praticados – fls. 14;
- v. Justificativa para contratação – fls. 22;
- vi. Novas propostas – fls. 24/26;
- vii. Disponibilidade orçamentária – fls. 31;
- viii. Despacho PROJUR nº 77/2017 – fls. 33/37;
- ix. Projeto Básico – fls. 38/42;
- x. Autorização de Dispensa – fls. 43;

- xi. Aviso de DL publicado em imprensa oficial – fls. 44;
- xii. Documentos de Habilitação – fls. 45/49;
- xiii. Manifestação considerando a aptidão da oferta e habilitação – fls. 50;
- xiv. Homologação e Adjudicação da contratação – fls. 51;

3. Vieram os autos a esta PROJUR para análise do processo e apresentação de parecer jurídico, em atendimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

4. É o relato necessário.

II – Fundamentação

5. Preliminarmente, evidencia-se que todos os fatos narrados nos autos sejam dotados de presunção de veracidade e, portanto, serão considerados como base para a fundamentação do presente opinativo. Ademais, a presente análise é realizada sob o prisma estritamente jurídico, não adentrando no mérito de oportunidade e conveniência da contratação, nem nos critérios técnico-administrativos, insitos à atividade de gestão.

6. A Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI, trata da realização de licitação previamente à celebração de contrato administrativo, a fim de atender ao princípio da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa, ressalvados os casos especificados na legislação. Os casos de exceção, em que não se exige o procedimento licitatório, devem ser vistos com as cautelas necessárias, com a atenção aos requisitos da lei.

7. Rememora-se que o enquadramento da dispensa é matéria adstrita ao gestor, quando verificada a ocorrência de permissivo legal no rol dos arts. 24 ou 25 da Lei geral de Licitações.

8. O Projeto Básico elaborado contempla o detalhamento do objeto, a justificativa da contratação, o enquadramento da hipótese de Dispensa de Licitação, os procedimentos de habilitação e julgamento, as documentações exigidas, os critérios de

julgamento, o prazo e local de entrega, as especificações do objeto e do quantitativo, obrigações e responsabilidades das partes, as formas de pagamento, a vedação de participação de consórcio e vedação à subcontratação, bem como as sanções passíveis de aplicação, em consonância com o Art. 7º da Lei 8.666/93.

II. 1 – Da pesquisa de preços.

9. A finalidade da licitação está esculpida no art. 3º da Lei nº. 8.666/93 dispõe que “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção **da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”(grifo nosso).

10. Importante destacar que as contratações públicas somente poderão ser efetivadas após estimativa prévia do seu valor, devendo obrigatoriamente ser juntada ao processo de contratação e ao edital (art. 40, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93).

11. No âmbito do Distrito Federal, a **Lei nº 5.525/2015** veda a realização de compras ou a contratação de bens e serviços, por qualquer das modalidades de licitação, por preço superior à média praticada no mercado, estabelecendo como parâmetros na formação do preço médio praticado pelo mercado: i) relatório de pesquisa de preço de produtos, com base nas informações da Nota Fiscal Eletrônica – NFe; ii) preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal ou órgãos federais; iii) pesquisa publicada em mídia ou site especializado ou de domínio amplo; iv) pesquisa junto a fornecedores.

12. Destaca-se o **Decreto Distrital nº 36.220/2014**, publicado no DODF nº 274, de 31 de dezembro de 2014, o qual estabelece o procedimento administrativo e os parâmetros para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de

serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

13. Nesse sentido, registre-se que dentre os parâmetros estabelecidos para a pesquisa de preços, o decreto em comento abarca as contratações efetivadas por outros entes públicos, finalizadas durante os 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa, ou em execução, assim como a pesquisa junto a fornecedores, por meio de proposta escrita, com a indicação da razão social e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa consultada, assinada por seu representante legal, admitindo somente os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

14. O art. 3º do Decreto em questão determina que o resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo, 3 (três) preços obtidos, podendo ser admitido, justificadamente, como resultado da pesquisa, apenas o menor dos preços obtidos.

15. No caso dos autos, após estudo de estimativa de preços, apurou-se como valor médio da despesa o valor de R\$1.509,00 (mil quinhentos e nove reais).

16. Note-se que esta PROJUR não adentrará no mérito da pesquisa de preços realizada, respeitada competência do corpo técnico desta Fundação, e considerando que as planilhas foram aprovadas.

17. Documento de fls. 31 atesta a disponibilidade de recursos no orçamento de 2017 para atender a despesa em tela.

18. O Chefe da Unidade de Administração Geral (UAG/FEPECS), por força da delegação de competência prevista na Instrução nº 14, de 06 de setembro de 2013, emite o Autorizo para realização da Dispensa de Licitação em razão do valor, apresentando a justificativa para o ato (fls. 43).

19. A publicação do Aviso de Dispensa nº 10/2017 se deu no Diário Oficial nº 214, de 8 de novembro de 2017.

II.II – Da dispensa em razão do valor.

20. Quanto à dispensa de licitação fundada no Art. 24, incisos II, da Lei 8.666/93, a tratar da contratação de serviço de pequeno valor, a Procuradoria Geral do Distrito Federal elaborou o Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF, ao qual foi outorgado efeito normativo por despacho do Exmº Governador do Distrito Federal, publicado no DODF de 16 de abril de 2009, cabendo observá-lo para verificação de compatibilidade do procedimento.

21. Apontamento inicial diz respeito à atenção que deve ser voltada a se evitar o parcelamento do objeto, uma vez que só se admite a contratação direta quando constatado que todo o objeto a ser contratado está compreendido no mesmo procedimento.

22. O Parecer nº. 726/2008 - PROCAD/PGDF estabelece os seguintes passos para a formalização de contratação direta de serviços de pequeno valor, senão vejamos:

a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14); **(presente)**

b) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos casos de obras e serviços (art. 70); **(presente)**

c) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art. 7º, § 20, inciso III), os quais deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilha (art. 40, § 2º, inciso II) e respeitar o limite para cada tipo de contratação (art. 24, incisos I e II); **(presente)**.

d) autorização da autoridade competente para a realização da despesa (art. 38, caput); **(presente)**

e) juntada aos autos do termo do contrato a ser firmado (art. 38, inciso X), se for o caso, o qual deve seguir a orientação descrita anteriormente; **(Há indicação de que o termo de contrato será substituído pela Nota de Empenho, mostrando-se cabível para o caso, em vista da entrega imediata dos bens).**

f) declaração da autoridade administrativa no sentido de que não há parcelamento da obra, do serviço ou da compra (ar. 24, incisos I e II); **(pendente)**

g) comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art. 26, caput); **(presente)**

h) justificativa da escolha do executor do contrato por parte da Administração; **(pendente).**

i) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato;

j) previsão de que são aplicáveis ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.

23. Por fim, cabe destacar, que compete privativamente ao Administrador avaliar o contexto fático que propicia o atendimento dos requisitos necessários para a contratação pretendida, verificando a conveniência e oportunidade – mérito administrativo –, carreando nos autos documentos que demonstram a observância das normas jurídicas.

24. Nota-se que há expressa previsão legal da possibilidade de substituição do instrumento de contrato, mesmo nos casos de dispensa de licitação, por nota de empenho, como se fará no caso em tela.

25. Explicitamos ainda que, por se tratar de dispensa fundada no inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93, não é exigível a comunicação à autoridade superior para ratificação

e publicação da dispensa em diário oficial, já que tal dispensa não é alcançada pela norma do Art. 26.

III – Conclusão.

26. Ante o exposto, e com base na fundamentação traçada, conclui-se pela possibilidade da contratação direta, nos moldes do Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, cabendo a manifestação de que a contratação em tela não representa parcelamento de objeto.

27. Passo seguinte, caberá a designação do executor do contrato, a quem cumpre receber os bens e emitir o atesto na nota de empenho.

28. Por fim, alerta-se a necessidade de publicação resumida da contratação em diário oficial, em observância o art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

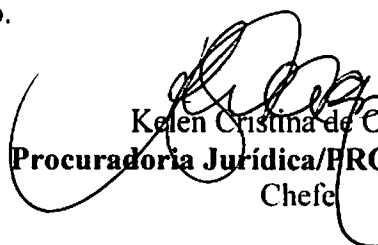
À superior consideração.

Brasília – DF, 16 de novembro de 2017.


Breno L. Darão
Gerência de Contratos e Convênios/PROJUR
Gerente

Acolho o **Parecer nº 82/2017 – GECAD/PROJUR**, concluindo pela viabilidade jurídica de prosseguimento da contratação pretendida, por Dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações.

Encaminhe-se à UAG/FEPECS para conhecimento e deliberação quanto à continuidade do feito.


Kelen Cristina de Oliveira
Procuradoria Jurídica/PROJUR/FEPECS
Chefe